**caminhos e descaminhos nas políticas para a alfabetização**

Rosalva de Cássia Rita Drummond – ISERJ/UNESA

Josiane Rodrigues de Souza - ISERJ

Nossa intenção neste trabalho é compartilhar a pesquisa em andamento cujo objetivo é interrogar as políticas voltadas à alfabetização nacional na última década com vistas a entender os sentidos de infância, educação das crianças no contexto escolar e formação dos professores e professoras alfabetizares estão em disputa nos documentos governamentais. A leitura das políticas de alfabetização focaliza-se nos processos de produção curricular Educação Infantil-Ensino Fundamental, no que tange a leitura e a escrita, provocados pelos discursos sobre a alfabetização das crianças na sob as marcas temporais que definem limite de “idade certa” como resposta aos problemas do fracasso escolar brasileiro. Tecemos assim, a reflexão que a definição de “sucesso” escolar, imprime sentidos, que marcados pela lógica classificatória e etarista, desqualifica as infâncias e criam exclusões.

Palavras Chaves: Alfabetização. Educação Infantil-Ensino Fundamental. Produção Curricular.

Os discursos que ressaltam a situação crítica da alfabetização das crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental reafirmam a crise educacional existente. Reforçados pelos resultados nacionais dos indicadores dos níveis de avaliação da alfabetização, constata-se o fracasso do Brasil na educação escolar das crianças. Tal situação configura uma problemática que exige políticas públicas, que dentre outros aspectos, engendrem esforços para melhoria das condições de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, bem como das condições de trabalho e formação de professores.

Não é de hoje que programas governamentais que tentam responder às demandas são, geralmente, pautados nos índices de avaliação nacionais que anunciam, através dos dados estatísticos produzidos, o fracasso em torno da alfabetização das crianças no país. Programas como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (Brasil, 2012) e Política Nacional de Alfabetização - PNA (Brasil, 2019) configuram arranjos com foco na alfabetização, alinhando diferentes interesses e ações. Ainda nessa preocupação, após a revogação da PNA de 2019, o Decreto nº 11556 de 12 de junho de 2023 institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA (Brasil, 2023) cujo foco é a garantia de que 100% crianças matriculadas nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, estejam alfabetizadas, assim como a recomposição das aprendizagens das crianças matriculadas dos demais anos de escolaridade dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Cabe destacar, contudo, que cada um desses programas, ações e políticas articulam diferentes interesses, convicções e defendem diferentes compreensões do que se entende por educação e, por sua vez, do que entende por alfabetização. Assim como a anuncia um limite de tempo escolar, nesse sentido, caracterizado pela marca temporal definida pelos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Concorrem, assim, sentidos díspares do que se entende por educação escolar, por estar alfabetizado, por infância o que, na maioria das vezes é vinculado à formação dos professores e professoras alfabetizadoras. Neste trabalho, contudo, focalizaremos na discussão que se articula aos modos como tais tangenciamos instituem ao mesmo tempo, modos de exclusão dos sujeitos que não se enquadram nessa temporalidade.

Na perspectiva discursiva a pretensão não é definir as verdades ou mentiras, mas compreender que demandas são produzidas a partir dos discursos. Os discursos são construídos em territórios fluidos de disputa de sentidos, nesse sentido, implica considerar que também a pesquisa está disputando sentidos no contexto discursivo educacional, o que coloca a pesquisa também em lugar político, assumido pela decisão da escrita e construção do texto, reconhecendo inclusive, que a pesquisa é uma possibilidade de interpretação, o que não anula outras. Assim, o trabalho inspirado na perspectiva pós-estrutural procura lidar com os conceitos tidos como universais colocando-os sob rasura, dessa forma é na abordagem desconstrutivista de Derrida (2011), que se encontram possibilidades de leitura. Esta perspectiva contesta o modo “metafísico” de pensar o mundo, rompendo com dicotomias que “fundam” conceitos como necessidade de origem (MacLure e Burman, 2014) ou os tratam de forma polarizada – é isso ou aquilo. Não existe um “fora do texto”, uma “realidade” que possa me revelar a “verdade”, sendo assim, a perspectiva desconstrucionista não se configura método de pesquisa, longe disso, pode se dizer que tem mais o sentido de pensar de novo, rever, reler. Não se trata de tornar a abordagem desconstrutivista um método, como já mencionado, também não se trata de eleger hipóteses formais e verificáveis ou falseáveis, passíveis de serem checadas para confirmação ou negação frente à uma determinada teoria ou estabelecer relação causal entre os elementos, mas de considerar seus aspectos no desenvolvimento de pesquisa.

A escritura do texto, assim, não se produz marcada pela exterioridade do ser, subordinando a escrita do significado ideal que persegue ou como representação do significado pela fala, mas extrapolando a própria ideia de signo como originário, se inscreve de alguma forma, fugindo de uma lógica binaria de oposições, mas através de um jogo de inscrições.

O jogo discursivo que imprime disputas pelas concepções do que significa estar alfabetizado e alfabetização, nesse sentido, as provocações propostas nesse texto também pretendem disputar sentidos no campo da alfabetização e produção currículo, problematizando quais as concepções de alfabetização têm sido difundidas nas políticas de alfabetização ao mesmo tempo em que pretende fomentar insumos para revisão das políticas voltadas para a alfabetização.

O contexto no qual esta pesquisa se desenvolve, observa o panorama da alfabetização no Brasil como espaço de disputa por significação ao longo da história. Ao considerar que no percurso sócio-histórico no contexto brasileiro, não há neutralidade na definição e defesa por determinados métodos de alfabetização, Mortatti (2018) aponta que tais posicionamentos se fazem na perspectiva de sentidos de nação brasileira, sendo assim, discutir as questões da temática da alfabetização no contexto nacional, é também buscar entendimento do que vem se colocando como pontos nevrálgicos nesse jogo discursivo, por sua vez, suas tensões nas produções curriculares.

Observa-se, com base nos estudos já desenvolvidos, a redução dos sentidos de educação à ensino, o direito à educação, por vezes, é significado por dados e métricas tangíveis e passíveis de mensuração e controle dispostos nos arranjos das políticas educacionais. O direito à educação é então, definido por indicadores que dimensionam o caráter reducionista dos processos escolares, instituindo e sendo instituído pela lógica mercadológica e meritocrática.

Alguns elementos que constituem os movimentos discursivos que contribuem na formulação e adesão das políticas. O primeiro destaque configura o alinhamento de novos/velhos discursos que disputam sentidos da educação das crianças em face à trajetória acadêmica e sua transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seja em nome do direito à educação/escolarização, seja em nome do “sucesso” escolar através do investimento de quanto mais cedo se inicia o processo de escolarização, mais chances de “sucesso” escolar. A definição então de “sucesso” escolar, imprime sentidos marcados pela lógica classificatória e etarista que desqualifica das infâncias e as suas potencialidades produzindo efeitos no contexto da produção curricular em ambas as etapas da Educação Básica. Assim, não é incomum observar que o trabalho pedagógico na Educação Infantil se fundamenta na “preparação” para a alfabetização através de práticas de cópia e memorização dos traçados das letras e no treinamento da coordenação motora fina para o uso limitado da escrita. Ainda que se reconheça que muito temos avançado nas discussões sobre o trabalho nesta etapa da educação básica, concorrem práticas que reduzem os sentidos da “educação” infantil ao “ensino”.

 Nesse sentido o outro aspecto retoma a questão anterior colando que alfabetização é um ponto de tensão entre a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que alinha discursos sobre a necessidade de “preparação” para a alfabetização, ignorando as especificidades do trabalho da Educação Infantil pela redução das práticas nesta etapa da Educação Básica à dimensão da aquisição da leitura e escrita, seja pela perspectiva marcada pela competência de alfabetizar em determinado tempo para que as crianças estejam alfabetizadas, o que por sua vez, também ignora o desenvolvimento integral das crianças na fase da alfabetização assolapando as possibilidades as infâncias. O tempo escolar “produtivo” nessa lógica é o tempo dos exercícios no papel, do treinamento das letras, da escrita mecânica, enfim, da prática passível controlada e mensurada.

 Paradoxalmente, o terceiro ponto que temos refletido no desenvolvimento da pesquisa é que, também a alfabetização - ou os limites do trabalho nos processos de alfabetizar as crianças no contexto escolar, instituído nos documentos oficiais, - cria exclusões e entreves na continuidade da vida escolar de muitos estudantes. Se há uma definição de que deve ser nos dois primeiros anos que as crianças devem ser alfabetizadas e toda estrutura prevista no desenho curricular de documentos orientadores do currículo, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) organiza o que deve ou não ser ensinado em cada tempo/momento/ano de escolaridade, acaba por formalizar uma geometria que afasta das crianças que, por algum motivo se veem fora desses contornos, a possibilidade da continuidade da jornada escolar. A exclusão, nesse sentido, é instituída pela lógica escolar que deixa de fora, os que não atendem a expectativa dos tempos escolares, por sua vez, cada vez que suas condições de aprendizagem não são reconhecidas, ainda que seja promovido de um ano de escolaridade para o outro, aumenta a possibilidade de continuar a margem ou pior, evadir-se da escola.

 Ao nos aproximar desse entendimento no fluxo das políticas, observamos, contudo, que nos limites das políticas, os escapes de produção de sentidos são produzidos pelos sujeitos que no desconforto produzido nesses limiares, inventam modos de subverter as lógicas e encontram alternativas que transbordam as margens instituídas, promovendo soluções que extrapolam ao tempo certo de aprender. Nossa leitura, ao considerar os pontos levantados, considera também aspectos performáticos da produção política que torna impossível qualquer certeza de futuro. Defendemos que todas as crianças tenham seu direito à educação garantido e aprender e ensinar a ler e escrever deve ser um compromisso da escola em qualquer idade e qualquer tempo da jornada escolar das crianças, jovens e adultos.

Referências

BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 70-A, p. 15-17, 11 abr. 2019. Edição extra. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/
index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=15&totalArquivos=17. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Compromisso nacional criança alfabetizada*. Brasília, DF: MEC, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/cartilha.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal lança Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Ministério da Educação*, Brasília, DF, 12 jun. 2023b. Disponível em: https://
www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada. Acesso em: 20. set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Manual do pacto*: pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012a.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. 2012. Disponível em: Acesso em 02.mar.2017.

DRUMMOND, Rosalva de Cássia Rita. *Do direito à educação aos direitos de aprendizagem*: a escola *sub judice*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LOPES, A; MACEDO, E. *Teorias do currículo***.** São Paulo: Cortez, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. *Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 3, n. 5, 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A criança na fase inicial da escrita*: a alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.